


PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO E FAMÍLIA: POLÍTICA PÚBLICA PARA EDUCAÇÃO CONTINUADA EM GOIÁS

“Literacy and family program: public policy for continuing education in Goiás”

Divino Alves Bueno¹ 

Helimar Vieira Morais² 

Neide Ribeiro de Paula³ 

Rafael Vieira de Araújo⁴ 

¹Licenciatura em Química pela Universidade Estadual de Goiás. Mestrado em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás. Gerência de Educação de Jovens e Adultos - GEEJA - SEDUC-GO.

E-mail: divino.bueno@seduc.go.gov.br

²Graduada em Pedagogia pela PUC-GO. Doutoranda em Ciência da Educação pela Faculdade InterAmerica. Gerência de Educação de Jovens e Adultos - GEEJA - SEDUC-GO.

E-mail: helimar.morais@seduc.go.gov.br

³Graduação em História pela Universidade Estadual de Goiás. Mestranda em Interdisciplinaridade, Educação, Linguagem e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás. Gerência de Educação de Jovens e Adultos - GEEJA - SEDUC-GO.

E-mail: neideribeirodepaularibeiro@gmail.com

⁴Graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Goiás. Mestre em Educação pela PUC-GO. Doutorando em Educação pela PUC-GO. Gerência de Educação de Jovens e Adultos - GEEJA - SEDUC-GO.

E-mail: educadorrafael.araujo@gmail.com

Revista Educação em Contexto

Secretaria de Estado da Educação
de Goiás - SEDUC-GO

ISSN 2764-8982

Periodicidade: Semestral.

v. 3 n. 1, 2024.

educacaoemcontexto@seduc.go.gov.br

Recebido em: 04/01/2024

Aprovado em: 15/03/2024

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.11943280>

Resumo

Este relato tem como objetivo analisar o contexto histórico dos programas de alfabetização voltados para jovens, adultos e idosos e o impacto do Programa Alfabetização e Família no Estado de Goiás. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando a dialética como método de apresentação e análise, além da revisão da literatura bibliográfica e análise de documentos relacionados à política de alfabetização nacional e estadual. Os resultados apontam que Goiás registrou a maior redução na taxa de analfabetismo no Brasil entre os beneficiários do programa, com um decréscimo de 32,2% de 2016 a 2023, segundo PNAD Contínua. Considerando o número de pessoas alfabetizadas pelo programa no período de 2019 a 2023, o programa contribuiu com 17,89% na redução do analfabetismo em Goiás. Tais resultados evidenciam a efetividade do programa na promoção da alfabetização e inclusão social. A meta estabelecida para 2024 é alfabetizar aproximadamente 6 mil pessoas em situação de analfabetismo distribuídos em 600 novas turmas. Nesse sentido, o Programa Alfabetização e Família demonstra potencial para consolidar-se como uma política educacional permanente, contribuindo significativamente para o cumprimento das metas de alfabetização e educação previstas nos planos nacional e estadual, e reforçando o compromisso governamental com a oferta de uma educação de qualidade para todos.

Palavras - chave: Alfabetização. EJA. Política Pública.

INTRODUÇÃO

A trajetória do Brasil na superação do analfabetismo é marcada por uma série de desafios e conquistas, refletindo-se na implementação de diversos programas voltados à alfabetização de jovens, adultos e idosos. Nesse percurso histórico, destaca-se a educação de adultos, desde a sua colonização, com a dedicação dos Jesuítas na alfabetização para catequizar, tanto crianças quanto adultos indígenas, visando à propagação da fé católica junto com o trabalho educativo. Entretanto, com a chegada da família real no Brasil e a expulsão dos Jesuítas no século XVIII, instaurou-se o caos na educação de adultos, pois a educação saiu da responsabilidade dos Jesuítas e acaba ficando às margens do Império (STRELHOW, 2010).

Historicamente, o processo de alfabetização no Brasil teve início com os movimentos pela formação da República. Ainda no Brasil Império, em 1876, surgiram as primeiras tentativas de organizar sistematicamente a educação no país, com registros do Ensino Noturno para adultos, intitulado de educação popular. Esse período marcou a implementação dos primeiros métodos de ensino da leitura por meio do alfabeto. Em 1882, a Lei Saraiva instituiu a proibição do voto do analfabeto, associando a escolarização à ascensão social e o analfabetismo à incapacidade e à incompetência (GOHN, 2001).

A educação de jovens e adultos começou a ganhar destaque no cenário educacional brasileiro a partir da década de 1930, quando em 1934 o governo estabeleceu o Plano Nacional de Educação, que reconhecia o ensino primário integral, gratuito e obrigatório para adultos como um direito constitucional (FRIEDRICH *et al.*, 2010).

Ao longo dos anos, a educação de jovens e adultos começou ganhar relevância nas políticas educacionais, devido ao grande número de analfabetos, que em 1920 era próximo a 70% da população brasileira acima de 15 anos. Esse índice baixou de 60% em 1940, para 50% da população em 1950 (ROMANELLI, 2000). Porém, foi com a aprovação do Decreto nº 19.513, de 25 de agosto de 1945, que a educação de jovens e adultos se tornou oficial. A partir desse momento, novos projetos e campanhas foram lançados com o propósito de alfabetizar jovens e adultos que não tiveram acesso à educação em idade considerada regular.

Miron e Schardosim (2021) oferecem uma síntese dos principais marcos relacionados à educação de jovens e adultos, entre as décadas de 1940 a 2003. Segundo as autoras, nesse período muitas campanhas, movimentos e programas foram implantados para atender as demandas de alfabetização, veja o quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Marco Histórico da Alfabetização no Brasil

Período	Marco Histórico
1947	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
1950	Campanha de Alfabetização realizada pelo Sistema de Rádio Educativo da Paraíba (Sirepa).
1960	Movimento de Cultura Popular (MCP)
1967- 1970	Implementação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral)
1989	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – Mova
1996	Alfabetização Solidária (AlfaSol)
2003	Programa Brasil Alfabetizado

Fonte: Miron e Schardosim, 2021.

Em 1961, foi criado o Movimento de Educação de Base – MEB, organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, com o apoio do Governo Federal, com o objetivo de fomentar a Educação Popular para jovens, adultos e idosos. A relevância do MEB, como propostas educacionais humanizadas e comprometidas com a cidadania é indiscutível. Precursor da educação a distância, utilizando as escolas radiofônicas, promovendo projetos de mobilização social, de alfabetização de jovens e adultos e de educação de base.

No ano de 1988, devido às pressões advindas dos movimentos sociais e educacionais, a Constituição Federal incorporou a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao contexto do mundo do trabalho e às necessidades dos estudantes trabalhadores. Assim, segundo a legislação, a EJA é compreendida como uma modalidade da educação básica, se tornando um direito constitucional e uma responsabilidade do Estado, embora não fosse obrigatória em termos de frequência.

O direito à educação para jovens e adultos foi consolidado com a nova LDB nº 9394/96, que trouxe, entre outras garantias, o direito a toda a população de ter acesso à educação gratuita e de qualidade. Representou um marco na regulamentação do ensino no país, trouxe importantes inovações e permitiu colher avanços significativos.

Entretanto, a alfabetização de adultos no Brasil ainda é realizada por projetos e programas, conforme relatado por Miron e Scharadosim (2021), marcada pela descontinuidade e por tênues políticas públicas, nem sempre suficientes para dar conta da demanda potencial e do cumprimento do direito, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

No Estado de Goiás, os esforços para erradicar o analfabetismo se materializaram em diversas inicia-

tivas, culminando no Programa Alfabetização e Família. Essa política pública se destaca pela capacidade de articulação intersetorial e pelo seu impacto significativo na redução das taxas de analfabetismo.

Com o intuito de mitigar a taxa de analfabetismo, o Estado de Goiás, em colaboração com o Gabinete de Políticas Sociais e a Secretaria de Estado da Educação, lançou em 2019 o Programa Alfabetização e Família. O objetivo é promover a alfabetização e elevar a escolaridade da população goiana com 15 anos ou mais, com ênfase nos municípios atendidos pelo Programa Goiás Social e garantir a continuidade e permanência desses sujeitos no processo de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Nessa direção, afirma Dourado (2007, p. 939):

Dessa forma, assegurar condições políticas e de gestão para o envolvimento e a participação da sociedade civil na formulação, implementação das ações e programas de universalização da educação básica, bem como a melhoria da educação nos diferentes níveis e modalidades, é tarefa dos poderes públicos.

Isso significa que os poderes públicos têm o dever de criar um ambiente propício para que a sociedade possa contribuir ativamente para o desenvolvimento e aprimoramento do sistema educacional.

Neste contexto, este relato de experiência adotou o método de pesquisa qualitativa, utilizando a dialética como método de apresentação e análise. O procedimento metodológico empregado compreende a revisão da literatura bibliográfica e a análise de documentos que possibilitaram a compreensão da Política de Alfabetização no Estado de Goiás. Também se buscou a apropriação da legislação relacionada às políticas educacionais que impactam a modalidade de EJA voltada para a alfabetização.

Assim, este estudo tem como objetivo analisar o contexto histórico e o impacto do Programa Alfabetização e Família na promoção da educação continuada em Goiás, apresentando suas concepções, resultados e conclusões.

ALFABETIZAÇÃO E FAMÍLIA ALÉM DOS CÓDIGOS

O analfabetismo traz como consequência a exclusão social e comunicacional dos jovens, adultos e idosos, podendo resultar em aumento do preconceito e das desigualdades socioeconômicas dessa população. Como expressa Dourado (2007, p. 940):

[...] em um país historicamente demarcado por forte desigualdade social, revelada nos indicadores sociais preocupantes e que, nesse sentido, carece de amplas políticas públicas, incluindo a garantia de otimização nas políticas de acesso, permanência e gestão, com qualidade social, na educação básica.

Assim, a alfabetização desses sujeitos deve considerar aspectos que vão além do simples ensino da leitura e da escrita de seus nomes. É essencial oferecer-lhes uma escolarização ampla e com mais qualidade, o que implica em atividades relacionadas ao seu cotidiano, ao meio social e à comunidade em que vivem. Em outras palavras, é necessário trazer a realidade desses sujeitos para dentro da sala de aula, promovendo sua inserção ou melhoria no mundo do trabalho.

Este programa, compreende a alfabetização como etapa educacional, e vai além da codificação e da decodificação como produto de aquisição da leitura e da escrita. É necessário considerar os contextos de produção de leitura e de escrita, priorizando textos reais e reconhecendo os saberes prévios sobre a língua e os saberes da cultura que estes sujeitos já

detêm antes do acesso à escola (ALBUQUERQUE; MORAIS; FERREIRA, 2013).

Assim, é necessário refletir sobre os princípios da alfabetização para adultos. O primeiro princípio é conhecer a realidade dos sujeitos com os quais irão trabalhar. Freire (2000) afirma a importância do saber teórico-prático da realidade concreta em que os alfabetizadores irão trabalhar. Para Freire, é fundamental a abertura à realidade dos alfabetizandos com quem os alfabetizadores partilham sua atividade pedagógica. Para o conhecimento e reconhecimento da realidade em que se atua, é importante que os alfabetizadores saibam quem são seus alfabetizandos; o que eles fazem; em que trabalham; como são constituídas as suas famílias; onde nasceram; como é a comunidade em que moram; o que eles sabem ou não sobre o sistema de escrita alfabética; quais são suas motivações para se matricular no projeto de alfabetização; quais são suas trajetórias escolares e quais são suas experiências de vida. Freire (2001 p. 27) relata que “o papel do educador não é só ensinar os conteúdos básicos, mas dar oportunidades ao educando tornar-se crítico e através da leitura compreender o que acontece no seu meio, não apenas ler sem um contexto, tornando-se uma leitura mecânica”.

Outro princípio da alfabetização é a constituição de uma prática pedagógica dialógica. Para isso, torna-se importante o exercício da pedagogia do diálogo para estabelecer aprendizagens significativas, conforme aponta Freire (2000). O diálogo preconiza ouvir e falar com o outro, dando atenção e valorizando sua fala, sua cultura e sua história. Para tecer uma pedagogia dialógica na ação educativa, Freire afirma a necessidade da abertura respeitosa aos outros e essa abertura pode ser objeto da reflexão crítica dos alfabetizandos que, reconhecendo-se inacabados, reconhecem também a possibilidade da formação a partir da relação com os outros sujeitos.

O enfrentamento do preconceito contra os sujeitos pouco escolarizados, compreendendo a estrutura social desigual que compõe a sociedade atual, deve estar presente nas reflexões e diálogos em sala de aula. É importante romper com o preconceito e estereótipos atribuídos aos jovens, adultos e idosos não escolarizados, colocando-os no centro do processo educativo, valorizando sua história e sua cultura, contribuindo com a elaboração do sistema de escrita alfabética.

ESTRUTURA DO PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO E FAMÍLIA

Em 2019, no Estado de Goiás, a partir dos dados do Índice Multidimensional de Carência Familiar (IMCF), foram identificados dez municípios com maior vulnerabilidade (Amaralina, Campinaçu, Cavalcante, Colinas do Sul, Heitorai, Matrinchã, Monte Alegre de Goiás, Montividiu do Norte, Santa Teresinha de Goiás e Teresina de Goiás) evidenciados pelos índices de analfabetismo absoluto e funcional por domicílio. Estatísticas do Instituto Mauro Borges (IMB) revelaram que 393 mil jovens e adultos em Goiás careciam das habilidades de leitura e escrita. Diante desse cenário, emergiu a urgência de implementar o Programa Alfabetização e Família.

O programa visa a contribuir para a universalização da alfabetização e ao aumento do nível de escolaridade da população goiana com 15 anos ou mais que ainda não adquiriu habilidades de leitura e escrita, com especial enfoque nos municípios contemplados pelo Programa Goiás Social. Além disso, busca-se assegurar a continuidade e permanência desses indivíduos no processo de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, atendendo ainda, a Meta 9 do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), bem com, a Meta 7 do Plano Estadual de Educação (PEE, 2015).

Com vistas a atingir seus objetivos, o programa se propõe a oferecer educação a jovens, adultos e idosos não alfabetizados em todos os municípios goianos. As aulas podem ser ministradas em uma variedade de espaços, tais como associações, salões comunitários, instalações paroquiais e religiosas, desde que apresentem as condições necessárias para a realização das atividades educacionais. A duração do programa está estabelecida entre quatro e seis meses, com aulas de duas horas realizadas em três dias semanais. Cada turma é composta por um mínimo de 5 e um máximo de 10 alfabetizandos.

Para além do propósito de reduzir a incidência do analfabetismo, o programa almeja fomentar a autonomia e a dignidade das famílias goianas, ao passo que fortalece a economia local das regiões contempladas mediante a concessão de bolsas aos alfabetizadores. Neste contexto, antecipa-se que o programa possa induzir transformações significativas na vida dos participantes, promovendo sua independência e dignidade das famílias goianas.

Tais considerações estão presentes na textualidade de Dourado (2007, p. 940) [...] “pensar a qualidade social da educação implica assegurar um processo pedagógico pautado pela eficiência, eficácia e efetividade social, de modo a contribuir com a melhoria da aprendizagem dos educandos, em articulação à melhoria das condições de vida e de formação da população”. Nesse sentido, a qualidade social da educação envolve não apenas a aprendizagem dos conteúdos curriculares, mas também o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, o estímulo ao pensamento crítico, a promoção da cidadania e o respeito à diversidade, entre outros aspectos.

Para a operacionalização do programa, o levantamento da demanda por meio de chamada pública ou busca ativa dos sujeitos, consiste numa etapa importante para definição das etapas seguintes. O próximo passo consiste em estabelecer de maneira clara os ob-

jetivos, bem como elaboração de um planejamento organizacional e curricular que contemple a estrutura operacional e um currículo adaptado às demandas do público-alvo. Outro aspecto relevante é a formação, acompanhamento e avaliação dos alfabetizadores antes e durante o desenvolvimento do processo de alfabetização. Por isso, é importante destacar:

[...] nessa perspectiva, a articulação e a rediscussão de diferentes ações e programas, direcionados à gestão educacional, devem ter por norte uma concepção ampla de gestão que considere a centralidade das políticas educacionais e dos projetos pedagógicos das escolas, bem como a implementação de processos de participação e decisão nessas instâncias, balizados pelo resgate do direito social à educação e à escola, pela implementação da autonomia nesses espaços sociais (DOURADO, 2007, p. 924).

Dessa forma, é imperativo buscar parcerias com entidades governamentais em níveis federal, estadual e municipal, organizações não-governamentais, empresas privadas e outras instituições que possam oferecer suporte financeiro ou recursos que contribuam para a validação e ampliação da abrangência do programa. Nesse sentido, a articulação para que se tenha um regime de colaboração entre estado e municípios e a parceria com a sociedade civil organizada é fundamental para o sucesso do programa.

A divulgação na comunidade é de suma importância para atrair potenciais beneficiários do programa, assim como o processo de seleção de educadores qualificados. O comprometimento com a adaptação contínua e a atenção às necessidades dos alfabetizandos ao longo de todo o processo são fundamentais para o êxito de um projeto de alfabetização de adultos.

É importante destacar a necessidade de garantias legais dos recursos financeiros e estratégias de

operacionalização, como processos de pagamento, acompanhamento sistemático e prestação de contas. Para o Programa Alfabetização e Família, o Governo de Goiás garantiu no Plano Plurianual – PPA 2020/2023 e no PPA 2024/2027 aporte financeiro para o seu desenvolvimento e continuidade, além de disponibilizar recursos financeiros do Fundo de Proteção Social – Fundo Protege. Com esse suporte financeiro, o programa distribuiu para os alfabetizadores e alfabetizandos livros, kit de material escolar e uniforme.

Após as informações e reflexões apresentadas, o próximo tópico abordará os resultados obtidos e a discussão dos mesmos. Nesta etapa, serão analisados os impactos do Programa Alfabetização e Família em Goiás, os desafios enfrentados, os pontos positivos observados e as conclusões decorrentes dessa análise. Será realizada uma reflexão sobre o papel desse programa na promoção da educação continuada e no combate ao analfabetismo na comunidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O acesso à educação é direito constitucional fundamental para o desenvolvimento da cidadania e para a ampliação da democracia. Consequentemente, a educação possibilita oportunidades igualitárias para todos os cidadãos. A relevância do acesso à educação de qualidade torna-se ainda mais importante quando se trata de alfabetização de jovens, adultos e idosos que não tiveram essa oportunidade em idade regular.

A alfabetização de jovens, adultos e idosos tem um impacto positivo na inclusão dos sujeitos alfabetizados na sociedade, permitindo-lhes maior participação social e melhores condições de igualdade no mundo do trabalho. Uma alfabetizanda que participou da 3ª fase do programa destacou a importância da alfabetização ao afirmar: “a gente sente

importante, a gente se sente no meio da sociedade. Não é tarde para aprender” (SEDUC, 2024). A fala da educanda ressalta como a alfabetização não apenas proporciona habilidades práticas, mas também fortalece a autoestima e o pertencimento social.

Nesse contexto, os programas de alfabetização no Brasil têm desempenhado um papel importante na transformação da vida de muitos cidadãos. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) a taxa de analfabetismo em Goiás apresentou uma redução significativa, passando de 5,9% em 2016 para 4% em 2023.

Além disso, o Estado de Goiás se destacou por registrar a maior queda na taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais, nos últimos oito anos. Goiás registrou uma diminuição significativa de 32,2% na taxa de analfabetismo, superando a média nacional que atingiu 19,4% no mesmo período. Esses números refletem os esforços e políticas implementadas no estado para promover a alfabetização e a educação continuada.

Entre 2019 e 2023, o Programa Alfabetização e Família alfabetizou 4.525 pessoas, distribuídas em 531 turmas, em 153 municípios de Goiás. Foram atendidas também pessoas privadas de liberdade em algumas unidades prisionais do Estado de Goiás, além de turmas em território Kalunga. Vale destacar, que todos os professores alfabetizadores, selecionados, recebem mensalmente bolsa alfabetizador, no valor de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais) para atuarem em cada turma num período de 4 a 6 meses, conforme metodologia do programa. Esses dados reforçam a relevância do programa enquanto política educacional, visando, além do crescimento individual, à construção da cidadania plena do sujeito, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico e cultural da sociedade e elevando o índice de desenvolvimento humano da região.

Os dados obtidos nesse período representaram um impacto significativo na redução da taxa de analfabetismo em Goiás, contribuindo com a redução de 17,89%, conforme quadro 2.

Quadro 2 – Contribuição da Alfabetização e Família na Redução do Analfabetismo em Goiás

Ano	Nº Absoluto de Analfabetos	Proporção em relação a população (%)	Redução de 2019 para 2023	Pessoas alfabetizadas pela Alfabetização e Família	Impacto do Projeto na Redução do analfabetismo
2019	285.000	5,1	51.000	4.525	17,89%
2022	260.000	4,5			
2023	234.000	4			

Fonte: PNAD GEEJA-SEDUC 2024

No entanto, é importante destacar que as principais limitações para o desenvolvimento das atividades propostas estão ligadas à ausência de conhecimento específico na área de alfabetização. A maioria dos alfabetizadores, apesar de terem experiência em docência, não possuía necessariamente experiência específica em alfabetização e letramen-

to de jovens e adultos. Isso resultou na necessidade de substituição de alguns alfabetizadores em determinados municípios, o que evidencia a importância de capacitação especializada para a eficácia dos programas de alfabetização.

A partir das constatações e da identificação das limitações, buscou-se organizar um reordenamento de

rotas para as etapas subsequentes para o Projeto Alfabetização e Família, disponibilizando as condições necessárias para que suas ações sejam mais efetivas.

A formação inicial do programa contempla a apresentação da estrutura do projeto, os fundamentos teóricos e a apresentação dos materiais que serão utilizados no desenvolvimento do projeto. Os aspectos da organização didático-metodológica e avaliação do processo de alfabetização são trabalhados por meio da formação continuada, proporcionando autonomia dos alfabetizadores, especialmente daqueles que não têm experiência com alfabetização de jovens, adultos e idosos.

A formação continuada dos alfabetizadores é essencial para o sucesso do programa, assim, várias ações foram realizadas nesse intuito formativo e de acompanhamento, tais como: diagnóstico da turma com aplicação de instrumentos específicos, trocas de experiências dos alfabetizadores, por meio de roda de conversas (presenciais ou virtuais), registro de diário de bordo e portfólio. O processo de formação dos alfabetizadores conta com a parceria do Instituto Federal de Goiás e Faculdades e Colégio Aphonsiano, presentes também na formação da 4ª fase em 2024.

Além da formação, o material didático também desempenha um papel importante no sucesso do programa. A Seduc fornece a todos os alfabetizandos um kit de material escolar e uma apostila, contendo atividades significativas para o processo de alfabetização. Este kit contém 06 cadernos, 01 caderno de cartografia, 02 borrachas, 04 lápis, 01 caixa de lápis de cor, 01 cola e 01 apontador.

Diante das dificuldades identificadas e dos ajustes realizados, o Programa Alfabetização e Família avança em sua 4ª fase em 2024, com a meta de abrir 600 novas turmas e alfabetizar até 6 mil jovens, adultos e idosos em todo o Estado de Goiás. Até abril de 2024, já foram formadas 267 turmas, alcan-

çando 2.170 alfabetizandos. Esses números refletem o compromisso contínuo do programa em promover a educação e a inclusão social, mesmo diante dos desafios enfrentados e das adaptações necessárias para garantir a efetividade de suas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alfabetização de jovens, adultos e idosos envolve aspectos complexos que vão além do contexto educacional, abrangendo também questões relacionadas às desigualdades socioeconômicas. Para mudar tamanha desigualdade, não se pode apenas oferecer a educação, faz-se necessário trazer a essa população melhoria na qualidade de vida que se entrelaça com a possibilidade de mudanças em outras esferas, tais como: a social, a cultural e a econômica.

Em muitas regiões de Goiás, assim como em diversas partes do Brasil, a taxa de analfabetismo funcional ainda é significativa, representando um obstáculo significativo para o desenvolvimento social e econômico. Nesse contexto, o Programa Alfabetização e Família, considerando os resultados obtidos, a sua articulação intersetorial e a conexão direta com questões fundamentais de educação e inclusão social, configura-se como uma política pública altamente relevante para Goiás e para o Brasil.

A falta de habilidades de leitura, escrita e matemática limita as oportunidades de emprego e de participação ativa na sociedade, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. Isso é mais acentuado em comunidades mais vulneráveis, onde o acesso à educação de qualidade pode ser limitado devido a diversos fatores, como falta de recursos financeiros, infraestrutura inadequada e ausência de programas educacionais adequados, principalmente para jovens e adultos.

Diante disso, o Programa Alfabetização e Família tem o potencial de se consolidar uma política

educacional de Estado, dada a sua capacidade de impactar positivamente, não só pelo crescimento individual do cidadão, mas também no desenvolvimento social e econômico da região. Ao integrar-se ao arcabouço das políticas educacionais, o programa pode contribuir significativamente para a consecução das metas de alfabetização e

educação estabelecidas nos planos nacional e estadual, fortalecendo assim o compromisso do governo com a promoção da educação de qualidade para todos. Assim, os resultados com o Projeto Alfabetização e Família demonstram viabilidade para implementação em qualquer unidade federativa do território nacional.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. B. C.; MORAIS, A. G.; FERREIRA, A. T. B. A relação entre alfabetização e letramento na Educação de Jovens e Adultos: Questões conceituais e seus reflexos nas práticas de ensino e nos livros didáticos. In: LEAL, T. F. ALBUQUERQUE, Eliana B. C. MORAIS, A. G. (Orgs.). **Alfabetizar letrando na EJA**: Fundamentos teóricos e propostas didáticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 ago. 2022.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

_____. **Lei nº 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. PNAD 2023. Brasília: IBGE, 2023.

DOURADO, F. L. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/w6QjW7pMDpzLrfRD5ZRkMWr/>. Acesso em: 12 maio 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 15ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____, P. **A importância do hábito de ler**: em três artigos que completam. São Paulo: Autores Associados, Cortez, 2001.

FRIEDRICH *et al.* Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: e plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. Ensaio: avaliação das políticas públicas educacionais. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 333-361, 2011.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Economia. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. **Índice Multidimensional de Carência das Famílias: Estudo do IMB**. Goiânia, Goiás, setembro de 2019. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/wp-content/uploads/sites/40/2019/09/Indice-Multidimensional-da-Carencia-das-Familias-b0f.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.

MIRON, K. T. S.; SCHARDOSIM, C. R. Juvenilização da EJA: Possibilidades e desafios na escolarização. **EJA em debate**. Santa Catarina, v. 10, n. 17, p. 31-48, 2021.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SEDUC. Comunicação Setorial. **Alfa Familiar**, 2024. Disponível: <https://drive.google.com/file/d/1BBXDsh-GBBcf4udlsymvnGwnduyW4bLXx/view>. Acesso em 16 maio 2024.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas. v. 10, n. 38, p. 49-59, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689/7256>. Acesso em: 05 nov. 2022.